



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Administração - Contratação de Serviços - 0012167-82.2021.6.21.8000

Termo de Referência - TR - doc. SEI n. 0820221.

TERMO DE REFERÊNCIA – COINP 30A/2021

Serviços de fornecimento e instalação de grades metálicas no Edifício Sede do TRE-RS, em Porto Alegre/RS

1. OBJETO

1.1. Prestação de serviços de fornecimento e instalação de grades metálicas no Edifício Sede do TRE-RS, em Porto Alegre/RS, sob regime de empreitada global.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Atualmente o Ed. Sede não conta com nenhum tipo de proteção/barreira física. O único elemento vertical existente é uma grade baixa que não garante segurança física ao local, sendo necessário desta forma a instalação de uma grade mais alta que garanta maior segurança à edificação e também aos usuários internos e externos do TRE-RS.

2.2. Contratação prevista no plano de contratações de 2021 do TRE-RS, identificado como 14405.

2.3. Alinhamento com o Planejamento Estratégico 2019/2021 do TRE-RS.

2.3.1. Perspectiva: Recursos

2.3.1.1. Objetivo estratégico: aperfeiçoar a infraestrutura física.

2.3.2. Perspectiva: Processos Internos.

2.3.2.1. Objetivo estratégico: promover a responsabilidade socioambiental e a acessibilidade na Justiça Eleitoral.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Local de execução dos serviços:

3.1.1. Prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre - RS, localizado na Rua Duque de Caxias, 350 – Bairro Centro.

3.2. Resumo dos serviços:

3.2.1. Isolamento das áreas a serem afetadas pela execução dos serviços.

3.2.2. Remoção da grade baixa existente.

3.2.3. Recuperação e remoção de parte da mureta em que será instalada a nova grade.

3.2.4. Instalação da grade metálica.

3.2.5. Serviços de limpeza e descarte apropriado dos materiais removidos e resíduos gerados.

3.3. Descrição detalhada dos serviços a serem executados:

3.3.1. Isolamento de áreas e proteção de materiais para a execução dos serviços:

3.3.1.1. Antes do início da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar o isolamento adequado das áreas que serão afetadas com o objetivo de evitar o trânsito de pessoas, bem como de colocação de materiais nestas áreas para evitar a ocorrência de acidentes.

3.3.1.1.1. O isolamento nos locais em que há portas (acessos à edificação) deverá ser realizado com fitas plásticas e sinalização (placas), indicando que o acesso não é permitido devido aos serviços executados.

3.3.1.2. Todos os equipamentos e objetos que estiverem na área de execução dos serviços deverão ser deslocados pela CONTRATADA, para evitar que os resíduos dos serviços os sujem demasiadamente.

- 3.3.1.2.1. Todos os materiais que não puderem ser removidos deverão ser envelopados e protegidos com lona plástica.
- 3.3.2. Remoção da grade baixa existente:
- 3.3.2.1. A CONTRATADA deverá providenciar a remoção de toda a grade baixa existente no perímetro da fachada conforme indicado em projeto arquitetônico (Anexo B- Doc SEI 0815852) e especificações técnicas, (Anexo A- Doc. SEI 0816008), deste Termo de Referência.
- 3.3.2.2. Após a remoção da estrutura metálica, a mureta existente deverá ficar sem nenhum resquício do material da estrutura metálica, incluindo elementos de fixação que tenham sido utilizados.
- 3.3.2.3. O material resultante da retirada deverá ser considerado resíduo, cabendo à CONTRATADA providenciar o destino sustentável adequado, conforme o item 3.2.5.
- 3.3.3. Recuperação e remoção de parte da mureta em que será instalada a nova grade.
- 3.3.3.1. A CONTRATADA deverá remover trecho da mureta para passagem do portão de correr de veículos a ser instalado, conforme indicado em projeto arquitetônico (Anexo B- Doc SEI 0815852).
- 3.3.3.2. A demolição deverá seguir as especificações técnicas contidas no Anexo A (Doc. SEI 0816008) deste Termo de Referência.
- 3.3.3.3. A CONTRATADA deverá realizar a recuperação de toda a extensão da mureta em concreto, conforme especificações técnicas contidas no Anexo A (Doc. SEI 0816008).
- 3.3.4. Instalação da grade metálica.
- 3.3.4.1. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar grade fixa, portão pivotante para pedestre e portão deslizante (de correr) para veículo.
- 3.3.4.1.1. As grades deverão ser em aço galvanizado a frio com acabamento em pintura epóxi na cor cinza fosca.
- 3.3.4.1.2. A instalação das grades (fixas e portões) deverá seguir o desnível do terreno e da mureta existente de forma contínua.
- 3.3.4.1.3. Sistema de fixação das grades: as barras da grade deverão ser soldadas aos montantes verticais, sendo estes chumbados (chumbamento mecânico) à mureta ou piso existente conforme o caso.
- 3.3.4.1.3.1. Na montagem para chumbamento dos postes, considerar a espessura do revestimento em argamassa que deverá ser feito pela CONTRATADA (item 3.3.3).
- 3.3.4.1.3.2. A grade a ser instalada pela CONTRATADA deverá resistir a forças e eventuais esforços previstos em Normas.
- 3.3.4.1.3.3. Será responsabilidade da CONTRATADA garantir a perfeita fixação e segurança da grade a ser instalada.
- 3.3.4.2. A CONTRATADA deverá instalar porteiro eletrônico com fechadura eletroímã no portão de acesso de pedestre, incluindo toda a infraestrutura necessária para a sua instalação, conforme previsto no Anexo A (Doc. SEI 0816008).
- 3.3.4.2.1. Toda a infraestrutura a ser instalada deverá estar conforme legislação e normas vigentes.
- 3.3.4.3. A CONTRATADA deverá instalar portão de correr para veículo de funcionamento automatizado e manual, incluindo toda a infraestrutura necessária para a sua instalação, inclusive a alimentação elétrica, conforme previsto no Anexo A (Doc. SEI 0816008).
- 3.3.4.3.1. Toda a infraestrutura a ser instalada deverá estar conforme legislação e normas vigentes.
- 3.3.4.3.2. O portão deverá ter o mesmo padrão das grades, incluindo tipo de material, pintura, acabamento e dimensões das barras.
- 3.3.4.3.3. O trilho a ser instalado para o portão deverá ser capaz de suportar a passagem de caminhões de médio porte.
- 3.3.4.3.4. O trilho deverá ser redondo em aço maciço.
- 3.3.4.3.5. Os rodízios do portão devem ser com rolamentos blindados, sem necessidade de lubrificação, em dimensões tais que proporcionem pouco esforço para a sua abertura, bem como sejam capazes de passar por cima de pequenos detritos que caiam sobre o trilho.
- 3.3.4.3.6. A abertura e fechamento do portão deverão ser feitas por controle remoto e por botoeira física a ser instalada junto ao posto do vigilante.
- 3.3.4.3.7. Sistema de segurança na abertura e fechamento do portão deverá ser capaz de:

- 3.3.4.3.7.1. Parar o portão no caso de uma pessoa, adulto ou criança, ou um animal do tamanho de um gato, se colocar na trajetória de abertura do portão.
- 3.3.4.3.7.2. Parar o portão no caso de um veículo se colocar na trajetória de abertura do portão.
- 3.3.4.3.7.3. Parar o portão no caso de uma pedra ou objeto cair no trilho e impedir a passagem dos rodízios bloqueando o portão.
- 3.3.4.3.7.4. Impedir o acionamento do dispositivo de fechamento do portão se alguma pessoa ou veículo estiver passando pelo vão do portão.
- 3.3.4.3.8. A CONTRATADA deverá providenciar proteção do motor e todos os seus componentes com relação a acidentes com pessoas e animais, assim como quanto a intempéries tais como sol, chuva e poeira, restringindo o acesso através de capa de proteção.
- 3.3.4.3.9. A CONTRATADA deverá instalar sistema de drenagem do terreno no local do portão que considere a interferência deste no escoamento das águas das chuvas.
 - 3.3.4.3.9.1. A CONTRATADA deverá executar sistema de drenagem por meio de ralos ou outro sistema que atenda à necessidade de drenagem do local.
- 3.3.4.4.10. O motor instalado pela CONTRATADA deve ser com corrente metálica, não devendo apresentar falhas de funcionamento e deverá ser compatível com as dimensões do portão de correr previsto em projeto (Anexo B- Doc SEI 0815852).
- 3.3.4.3.10. A alimentação elétrica, incluindo disjuntor, cabeamento e dutos devem ser dimensionados e instalados de forma adequada, conforma Normas Técnicas específicas.
- 3.3.4.4. As demais especificações da grade metálica e portões constam nos Anexos A (Doc. SEI 0815859) e B (Doc SEI 0815852).
- 3.3.5. Serviços de limpeza e descarte dos resíduos gerados:
 - 3.3.5.1. A CONTRATADA deverá providenciar a limpeza de todos os locais afetados durante a execução dos serviços, removendo todo e qualquer tipo de resíduo ou calça resultante dos serviços, mantendo o local o mais limpo e organizado possível, inclusive se responsabilizando pela contratação e utilização de caçamba(s) de calça/entulho e autorização junto à prefeitura para disposição junto ao passeio, se necessário.
 - 3.3.5.2. É essencial que a CONTRATADA faça a devida proteção dos equipamentos, móveis e materiais contra sujidades, sob sua responsabilidade, a qual deverá ser feita com instalação de lonas plásticas por toda a superfície dos equipamentos.
 - 3.3.5.3. Após a conclusão dos serviços a CONTRATADA deverá realizar limpeza criteriosa em móveis, equipamentos, paredes e revestimentos, sendo a limpeza condição para aceitação da execução dos serviços.
 - 3.3.5.4. A CONTRATADA deverá executar limpeza minuciosa de todas as placas de piso porcelanato instaladas, removendo qualquer resquício de rejunte ou outras sujidades em suas superfícies.
 - 3.3.5.5. Todos os móveis e paredes que forem sujos em decorrência da execução dos serviços deverão ser limpos às custas da CONTRATADA.
 - 3.3.5.6. A CONTRATADA deverá providenciar destinação adequada e sustentável dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, podendo o GESTOR/FISCAL solicitar no período de execução dos serviços a comprovação destas práticas, conforme previsto no item 5.4.
 - 3.3.5.7. A(s) caçamba(s) de calça/entulho deve(m) ser destinada(s) a Centrais de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil (RCD) registradas.
 - 3.3.5.8. A CONTRATADA deverá executar a limpeza do piso porcelanato aplicado de acordo com o item 5.10 da norma técnica da ABNT NBR 13.753:1996.
- 3.4. Sugestão de código SIASG:
 - 3.4.1. Especificação: Serralheria - confecção / instalação peças metálicas
 - 3.4.2. Código SIASG: 20117

4. METODOLOGIA DE TRABALHO

- 4.1. Dos prazos de execução e da vigência contratual.
 - 4.1.1. O prazo para execução da totalidade dos serviços será de 30 (trinta) dias, contados a partir da autorização para início da execução dos serviços, podendo ser prorrogado nos termos da lei.
 - 4.1.2. O prazo para o início dos serviços será de 10 (dez) dias, contados a partir da autorização para início da execução dos serviços.
 - 4.1.3. O contrato a ser assinado deverá ter prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

4.2. Eventuais prorrogações serão formalizadas através de Termo Aditivo.

4.3. Da garantia contratual.

4.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de 5% (cinco por cento) do valor da contratação, em até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, cabendo-lhe optar por uma das modalidades constantes no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, quais sejam:

4.3.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

4.3.1.2. Seguro garantia.

4.3.1.3. Fiança bancária.

4.3.2. Somente serão aceitas garantias nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária emitidas por instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados e pelo Banco Central do Brasil, respectivamente.

4.3.3. A vigência da garantia será de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato.

4.3.3.1. Na hipótese de a vigência da apólice ser limitada a 12 (doze) meses, por regulamentação específica ou por prática de mercado, a CONTRATADA deverá providenciar sua renovação a qualquer momento e com a antecedência necessária para que o contrato não fique descoberto.

4.3.4. Deverá ocorrer a adequação da garantia prestada, como condição para acréscimos, supressões e eventuais repactuações.

4.3.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.3.5.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

4.3.5.2. Multas punitivas aplicadas à CONTRATADA;

4.3.5.3. Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.3.5.4. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA, inclusive as decorrentes de responsabilidade subsidiária em condenação judicial.

4.3.6. No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, poderá decidir-se por uma das seguintes alternativas:

4.3.6.1. apresentar seguro-garantia para os riscos elencados nos itens 4.3.5.1 a 4.3.5.4, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, na modalidade “Seguro-garantia para Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços” com cláusula específica indicando a cobertura adicional de obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela CONTRATADA; ou

4.3.6.2. apresentar seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia para Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços” para cobertura dos itens 4.3.5.1 a 4.3.5.3, complementada com a garantia adicional da modalidade “Seguro-Garantia de Ações Trabalhistas e Previdenciárias” para o item 4.3.5.4, correspondentes a 1% (um por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente, do valor da contratação.

4.3.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em instituição bancária oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

4.3.8. A garantia na modalidade fiança bancária deverá conter cláusula expressa com renúncia ao benefício de ordem previsto no artigo 827 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

4.3.9. A inobservância dos prazos fixados para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento).

4.3.10. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor da contratação, a título de garantia, a serem depositados em conta específica com correção monetária, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

4.3.10.1. A retenção efetuada com base no item 4.3.10 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

4.3.10.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item 4.3.10 por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

4.3.11. O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

- 4.3.12. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.
- 4.3.13. Quando da abertura de procedimentos para apurar possível inadimplemento contratual, o gestor do contrato deverá comunicar imediatamente à CONTRATADA, indicando os itens não cumpridos, remetendo cópia da notificação para a seguradora e/ou a fiadora, paralelamente.
- 4.3.14. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 4.3.15. Será considerada extinta a garantia:
- 4.3.15.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 4.3.15.2. Com a extinção do contrato.
- 4.3.16. Da isenção de responsabilidade da garantia:
- 4.3.16.1. O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
 - 4.3.16.1.1. Caso fortuito ou força maior;
 - 4.3.16.1.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
 - 4.3.16.1.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração; e
 - 4.3.16.1.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.
 - 4.3.16.2. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens 4.3.16.1.3 e 4.3.16.1.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo CONTRATANTE.
- 4.3.17. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 3 (três) meses após o término de vigência do contrato.
- 4.3.18. A garantia, ou a parte remanescente, será devolvida à CONTRATADA após o cumprimento integral das obrigações decorrentes do contrato.
- 4.3.18.1. Quando prestada em dinheiro, a garantia será atualizada monetariamente para ser restituída à CONTRATADA.
- 4.4. Das alterações contratuais.
- 4.4.1. Das formas e instrumentos de alteração contratual.
 - 4.4.1.1. Apostilamento: registro do resultado ou reflexo da aplicação das cláusulas contratuais.
 - 4.4.1.1.1. O instrumento que resulta do apostilamento é denominado Apostila.
 - 4.4.1.2. Aditamento: realização de modificações das condições inicialmente pactuadas, alterando-se cláusulas contratuais.
 - 4.4.1.2.1. O instrumento que resulta do aditamento é denominado Termo Aditivo.
 - 4.4.2. Dos tipos de alteração contratual.
 - 4.4.2.1. Reajuste contratual: instrumento utilizado com intuito de se manter equação econômico-financeira contratual ao longo de sua execução em face das variações de preços decorridas pelo processo inflacionário dos insumos do contrato.
 - 4.4.2.1.1. O índice a ser utilizado para o reajuste contratual é o INCC.
 - 4.4.2.2. Revisão contratual: instrumento utilizado quando ocorrerem fatos posteriores à contratação que sejam imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que representem um caso fortuito ou de força maior ou por conta de um fato do príncipe.
 - 4.4.2.3. Alterações qualitativas: necessárias quando houver necessidade de modificar o projeto ou as especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos sem alteração do objeto (gênero e espécie).
 - 4.4.2.3.1. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência deverá ser mantida, não podendo ser reduzida em favor da CONTRATADA em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.
 - 4.4.2.3.2. Na hipótese de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço destes serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento base da licitação, assegurada a diferença percentual citada no item 4.4.2.3.1.
 - I. Quando os serviços não forem previstos no orçamento base serão utilizados os custos de referência nas bases de preços prevista legalmente (SINAPI, etc.).

II. Quando os serviços não forem previstos nas bases de preços será considerado o valor médio obtido através de pesquisa de mercado.

III. Quando o BDI da proposta da CONTRATADA for inferior ao BDI de referência, este deverá ser adotado.

4.4.2.4. Alterações quantitativas: quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei 8666/1993.

4.4.3. Instrumentos de alteração a serem utilizados.

4.4.3.1. Reajuste contratual: Apostila.

4.4.3.2. Demais situações: Termo Aditivo.

4.4.3.2.1. Na eventualidade de surgirem situações que possam ser registradas por apostilamento, de acordo com a previsão legal, fica facultado ao CONTRATANTE, mediante justificativa, utilizar o referido instrumento.

4.5. Cronograma de execução dos serviços:

4.5.1. A CONTRATADA deverá apresentar cronograma de execução dos serviços para análise e aprovação do GESTOR.

4.5.2. Todos os serviços, deverão ser agendados com antecedência, pois as atividades normais dos locais envolvidos não poderão ser interrompidas.

4.6. Metodologia de trabalho:

4.6.1. A CONTRATADA deverá designar um SUPERVISOR e um ENCARREGADO.

4.6.1.1. O SUPERVISOR atuará como coordenador dos serviços da contratação e deverá atender ao GESTOR sempre que solicitado.

4.6.1.1.1. O SUPERVISOR deverá informar por escrito um número de telefone celular para contato emergencial.

I. Essa correspondência poderá ser entregue em mãos ou enviada ao FISCAL por intermédio de correio eletrônico (e-mail: senge@tre-rs.jus.br).

4.6.1.2. O ENCARREGADO deverá ser responsável pela execução dos serviços no prédio e permanecerá no local durante todo o período em que estejam sendo executadas as tarefas contratadas, inclusive quanto ao atendimento de todas as medidas de segurança necessárias, no termos do Art. 68 da lei 8666/1993.

4.6.1.2.1. Na ausência do ENCARREGADO não será permitida a entrada de profissionais da CONTRATADA nas dependências do TRE-RS, tampouco a execução de serviços.

4.6.1.2.2. A critério da CONTRATADA, poderão as indicações de SUPERVISOR e ENCARREGADO recaírem sobre a mesma pessoa.

4.6.2. Os serviços serão executados em 1 (uma) etapa.

4.6.3. Os serviços devem ser acompanhados pelo GESTOR/FISCAL, podendo este inclusive solicitar a paralisação temporária do serviço caso seja constatada alguma irregularidade.

4.6.4. A critério do GESTOR/FISCAL, podem ser suspensos os trabalhos pela CONTRATADA em caso de impossibilidade da execução dos serviços em determinada área, face aos prazos eleitorais e/ou administrativos.

4.6.6. Os trabalhos que resultem em odores, ruídos, impeçam o fluxo de pessoas, carga e descarga de materiais, que possam colocar em risco a segurança ou causar transtornos aos usuários devem ser executados fora do horário de expediente externo do TRE-RS ou nos finais de semana, mediante prévia autorização do GESTOR.

4.6.7. O GESTOR/FISCAL pode, julgando necessário, solicitar a realização de determinados serviços em sábados, domingos, feriados ou à noite.

4.6.7. A critério do GESTOR/FISCAL, a CONTRATADA deverá proceder a remoção e o transporte dos móveis, materiais e equipamentos dos ambientes afetados pela execução dos serviços, bem como, ao final dos serviços, o retorno aos locais adequados.

4.6.8. Caso ocorra necessidade de substituição de qualquer responsável técnico, o SUPERVISOR deverá, previamente, obter autorização com o GESTOR.

4.6.8.1. O substituto deverá atender aos mesmos requisitos exigidos do profissional indicado por ocasião da licitação, bem como apresentar, imediatamente, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente à execução do objeto contratado.

4.6.9. A CONTRATADA será responsável por toda a sinalização, incluindo placas, cavaletes e faixas, de forma a garantir uma eficiente divulgação dos transtornos e perigos dos serviços.

4.6.9.1. A sinalização deverá indicar eventuais áreas de trânsito alternativo e de menor risco.

4.6.9.2. Qualquer acidente relacionado à falta ou deficiência de sinalização referente ao serviço será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

4.6.9.3. A execução dos serviços fora do horário de expediente, mediante prévia autorização do FISCAL, não elimina a necessidade de sinalização.

4.6.9.3.1. O horário de expediente do TRE-RS é de segunda-feira à sexta-feira, das 12h às 19h.

4.6.10. A CONTRATADA deverá executar os demais serviços que se tornem necessários, além dos previstos no Termo de Referência, tais como arremates de pintura, piso, etc., de forma que não haja necessidade de nova contratação para realização de serviços complementares.

4.6.11. A CONTRATADA será responsável por uma possível extensão dos serviços, a fim de evitar excesso de emendas, como, por exemplo, área de pintura, parte de uma divisória, colar um revestimento, etc.

4.6.12. A CONTRATADA deve fornecer Relatório Diário dos Serviços e o mantê-lo permanentemente disponível para efetivação de registros no local dos serviços.

4.6.12.1. O Relatório Diário dos Serviços poderá ser disponibilizado em formato físico ou formato eletrônico.

4.6.12.1.2. O diário deverá conter campos específicos para o nome da CONTRATADA, o nome do CONTRATANTE, o tipo e local do serviço, a data e as condições meteorológicas, espaços para registros por parte da CONTRATADA e da fiscalização, espaços para assinaturas do encarregado/supervisor e da fiscalização dos serviços contratados.

4.6.12.2. A solução adotada para o diário de obras deverá permitir a assinatura tanto do responsável técnico da contratada quanto da fiscalização e deverá ficar permanentemente disponível na obra:

4.6.12.3. O diário de obras deverá conter registros quanto à natureza da contratação e dos dados do empreendimento, do proprietário, do responsável técnico e demais profissionais intervenientes nos serviços, além do visto do CREA, CAU ou CFT em campo reservado para esse fim.

4.6.12.4. Todos os registros deverão ser datados e assinados pelo responsável técnico pelos serviços ou pelo encarregado.

4.6.12.5. A data de encerramento do Relatório Diário dos Serviços será a mesma de solicitação da baixa por conclusão do empreendimento, por distrato ou por outro motivo cabível.

4.6.12.6. A CONTRATADA deverá registrar no Relatório Diário dos Serviços, obrigatoriamente, as seguintes informações:

4.6.12.6.1. Identificação dos serviços, inclusive número da nota de empenho.

4.6.12.6.2. Identificação da CONTRATADA.

4.6.12.6.3. Identificação do responsável técnico pela execução dos serviços, junto com o número da(s) respectiva(s) ART('s) ou RRT('s).

4.6.12.6.4. O prazo contratual, contendo a data de início e a data prevista para a conclusão dos serviços.

4.6.12.6.5. Data do registro.

4.6.12.6.6. Dias decorridos e dias restantes (posição física do empreendimento na data do registro), relativamente à execução de cada serviço e da totalidade dos serviços.

4.6.12.6.7. Orientações de execução, mediante a determinação de providências relevantes para o cumprimento dos projetos e especificações.

I. O destinatário da orientação de execução transmitida pelo responsável técnico deverá apor sua assinatura no Relatório Diário dos Serviços, dando assim a sua ciência.

4.6.12.6.8. Atrasos verificados na execução dos serviços.

4.6.12.6.9. Quantidade discriminada de empregados, por categoria profissional.

4.6.12.6.10. Condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos.

4.6.12.6.11. Ocorrência de fatos excepcionais e imprevisíveis, estranhos à vontade do CONTRATANTE e da CONTRATADA, que alterem substancialmente as condições de execução dos serviços.

4.6.12.6.12. Falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas a sua ingerência.

4.6.12.6.13. Consultas dirigidas à fiscalização, bem como pedidos de providências e as respostas obtidas.

4.6.12.6.14. Data de início e término dos serviços, caracterizadas de acordo com o cronograma.

4.6.12.6.15. Acidentes e danos materiais ocorridos no decorrer dos trabalhos.

- 4.6.12.6.16. Respostas às interpelações da Fiscalização.
- 4.6.12.6.17. Eventual omissão ou atraso de providências a cargo da Fiscalização, ou escassez de material, que dificulte o andamento dos serviços.
- 4.6.12.6.18. Realização de testes, bem como os resultados obtidos.
- 4.6.12.6.19 Subcontratação de parte do trabalho desde que previamente autorizada, contendo o nome da empresa subcontratada, o serviço a ser realizado, a data de início e conclusão dos serviços subcontratados, bem como as respectivas ART's ou RRT's.
- 4.6.12.6.20. Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devam ser objeto de registro.
- 4.6.13. Os serviços a serem executados deverão ser agendados previamente com o GESTOR/FISCAL do contrato, de modo que as atividades da Justiça Eleitoral não restem prejudicadas.
- 4.6.14. É proibido fumar no interior dos prédios da Justiça Eleitoral.
- 4.6.15. A CONTRATADA deverá executar a devida proteção da área contra sujidades, sob sua responsabilidade, especialmente dos equipamentos e materiais existentes no local.
 - 4.6.15.1. A proteção deverá ser feita com instalação de lonas plásticas por toda a área para minimizar a sujeira gerada.
- 4.6.16. Caso seja constatada desconformidade com as especificações exigidas, o prazo para a correção dos serviços e/ou substituição dos materiais será de, no máximo, 10 (dez) dias, contados a partir da comunicação do GESTOR/FISCAL à CONTRATADA.
- 4.7. Documentação prévia para liberação do início dos serviços.
 - 4.7.1. A CONTRATADA deverá fornecer os documentos descritos abaixo antes do início da execução dos serviços.
 - 4.7.1.1. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao CREA-RS, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, junto ao CAU-RS ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, junto ao CFT, relativa aos serviços contratados, devidamente paga e assinada.
 - 4.7.1.2. Prova de contratação de seguro de Responsabilidade Civil específico para os serviços em questão, devendo a apólice ser apresentada em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.
 - 4.7.1.2.1. A CONTRATADA poderá apresentar seguro anual da empresa, devendo, neste caso, comprovar notificação à seguradora da prestação do presente serviço ao TRE-RS.
 - 4.7.1.2.2. O valor da apólice de seguro deverá ser de, no mínimo, o maior valor entre:
 - I. 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
 - II. R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
 - 4.7.1.2.3. No caso de ocorrência de sinistros cujo valor exceda o valor segurado, será responsabilidade da CONTRATADA a complementação dos valores para atingir o valor total da indenização pelo dano causado.
 - 4.7.1.2.4. Não serão aceitos, para atendimento do item 4.7.1.2, a apresentação de seguro de responsabilidade civil profissional, devendo a apólice cobrir danos materiais e pessoais provocados ao CONTRATANTE ou a terceiros eventualmente atingidos durante a execução dos serviços nas dependências do CONTRATANTE.
 - 4.7.1.3. Cronograma detalhado de execução dos serviços para aprovação do GESTOR.
 - 4.7.1.3.1. No detalhamento do cronograma os serviços devem ser detalhados/planejados de forma que a interferência nas atividades das áreas afetadas seja a mínima possível, tendo em vista que as atividades rotineiras não poderão ser interrompidas durante a execução dos serviços.
 - 4.7.1.3.2. A previsão de execução dos serviços deverá ser definida a partir do cronograma elaborado pelo CONTRATADA e aprovado pelo GESTOR/FISCAL, antes do início da execução.
 - 4.7.1.3.3. O Cronograma deverá apresentar a data inicial dos serviços, a ser aprovada pelo GESTOR/FISCAL.
 - 4.7.1.3.4. O Cronograma deverá ser enviado ao GESTOR/FISCAL no prazo máximo de 10 (dez) dias das assinatura do Contrato.
 - 4.7.1.4. Comunicação por escrito contendo o nome e o número do telefone celular do responsável (SUPERVISOR) pelos procedimentos relacionados com a execução dos serviços e do encarregado.
 - 4.7.1.4.1. Essa correspondência poderá ser enviada ao GESTOR/FISCAL por intermédio de correio eletrônico.
 - 4.7.1.5. Apresentação da garantia contratual, nos termos do item 4.3.
 - 4.7.1.6. No caso da CONTRATADA/responsável(is) técnico(s) não pertencer(em) ao Conselho Regional deste Estado, deverá(ão) apresentar o(s) visto(s)/registro(s) respectivo(s), no CREA-RS, ao GESTOR/FISCAL, consoante legislação pertinente.

4.7.1.7. O início da execução dos referidos serviços não será autorizado antes da entrega dos documentos citados anteriormente.

5. ATENDIMENTO ÀS NORMAS

5.1. A CONTRATADA deverá atender a todas as normas técnicas e legislação vigentes relacionadas com o objeto da contratação.

5.2. Em especial, a CONTRATADA e seus profissionais devem atender às normas de segurança do trabalho, sendo responsabilidade da CONTRATADA a fiscalização e o fornecimento dos equipamentos necessários para atendimento desse fim.

5.3. A CONTRATADA deverá atender à legislação municipal quanto à sinalização para a via pública, quando for o caso, bem como a todas as normas técnicas e legislação vigentes relacionadas ao objeto da contratação.

5.4. Em atendimento ao Art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº 1 de 19/01/10, a empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, podendo o GESTOR solicitar, no período de execução dos serviços, a comprovação destas práticas:

5.4.1. Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

5.4.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído na Lei 10.506/08, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, RS, de 05 de agosto de 2008, critério este amparado pelos art. 6º e 7º do Decreto 7746/12;

5.4.3. Realização da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

5.5. Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5.6. Os materiais e os serviços cotados devem atender aos respectivos requisitos do INMETRO, NBRs (ABNT) e legislação municipal vigentes.

5.7. Em atendimento ao artigo 4º do decreto 7746 da Presidência da República, de 05 de junho de 2012, deverão ser observadas as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no que couber, podendo o GESTOR/FISCAL solicitar no período de execução dos serviços a comprovação destas práticas.

6. GARANTIA

6.1. A CONTRATADA deverá apresentar prazo de garantia de, no mínimo, 1 (um) ano para os serviços referentes à contratação, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo de todo o objeto contratado, sem prejuízo para o prazo de garantia do fabricante, nos casos em que este for superior.

6.2. Pode ser aplicado o disposto no artigo 618 do Código Civil, que trata da garantia pela execução dos serviços, no que for pertinente.

6.3. A CONTRATADA deverá fornecer os meios de contato (telefone, e-mail, etc.) para que o CONTRATANTE possa efetuar os chamados técnicos;

6.4. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato, quando verificarem-se defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.

6.5. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá prestar serviços gratuitos de manutenção referente a defeitos não decorrentes do mau uso e que possam comprometer a qualidade dos materiais e dos serviços ou contra defeitos que venham a descaracterizá-los.

7. FORMA DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

7.1. Forma de recebimento do objeto.

7.1.1. O recebimento do objeto obedecerá ao disposto no art. 73, da Lei nº 8.666/93.

7.1.1.1. O recebimento dos serviços se dará de acordo com o que segue:

7.1.1.1.1. Quando concluídos os serviços a CONTRATADA deverá notificar por escrito o GESTOR/FISCAL, que então procederá à vistoria geral dos serviços e materiais e emitirá Termo de Recebimento:

I. PROVISÓRIO – mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da notificação escrita da CONTRATADA.

a) Na hipótese de o Recebimento Provisório relatar alguma(s) incorreção(ões) quanto ao atendimento do objeto contratual, a CONTRATADA terá prazo de 15 (quinze) dias para executar a adequação.

II. DEFINITIVO – mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da notificação escrita da CONTRATADA, informando a adequação das eventuais incorreções relatadas no recebimento provisório, e após vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

7.1.1.2. Após o Recebimento Definitivo será emitido o Termo de Recebimento Definitivo do objeto contratado.

7.3. Forma de pagamento:

7.3.1. O pagamento será efetuado em uma parcela, após o recebimento definitivo da totalidade do objeto contratado.

7.3.2. Após o recebimento definitivo dos serviços, a CONTRATADA emitirá documento(s) fiscal(is) conforme segue:

7.3.2.1. Prestação de serviços - emitir uma Nota Fiscal para os serviços prestados.

7.3.2.2. No fornecimento de bens (materiais) com prestação de serviços - emitir separadamente uma Nota Fiscal para os serviços prestados e uma Nota Fiscal Eletrônica ou Cupom Fiscal Eletrônico para os materiais fornecidos ou, ainda, uma Nota Fiscal única de serviços com fornecimento de material, devidamente discriminado, conforme a Nota de Empenho a ser emitida.

7.3.3. Caberá à CONTRATADA informar, no documento fiscal ou em documento apartado, o número da conta-corrente, da agência e do estabelecimento bancário no qual lhe poderá ser feito o pagamento.

7.3.3.1. O prazo para o pagamento será de até 10 (dez) dias úteis.

7.3.3.1.1. Caso o valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, o prazo para o pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.3.3.2. Os pagamentos estarão sujeitos, quando for o caso, à retenção dos tributos e contribuições na forma determinada em lei, ficando a CONTRATADA incumbida de fazer as comprovações necessárias na hipótese de não retenção.

7.3.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica estabelecido que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

7.3.5.1. $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

i = taxa percentual anual do valor de 6%;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$

$I = (6/100) / 365$

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deve fornecer todo o material e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços.

8.1.1. Os materiais e mão de obra devem ser de primeira qualidade e atender às normas técnicas e a legislação brasileira vigente.

8.1.2. Para os itens em que há indicação de marca, nome de fabricante ou tipo comercial, estas indicações se destinam a definir o tipo em que se enquadram na concepção global da edificação e o padrão de qualidade requeridos.

8.1.3. Poderão ser aceitos produtos similares equivalentes, devendo a CONTRATADA comprovar a equivalência da solução proposta e submeter eventual substituição à apreciação do GESTOR/FISCAL, que indicará a solução a ser adotada, mediante critérios de analogia.

8.1.3.1. Critérios de analogia.

8.1.3.1.1. Se as circunstâncias ou condições locais tornarem aconselhável a substituição de alguns dos materiais especificados neste termo de referência, a substituição obedecerá ao disposto nos itens listados a seguir e só podem ser efetuadas mediante expressa

autorização, por escrito, do GESTOR/FISCAL, para cada caso particular e será regulada pelos critérios de analogia definidos a seguir.

8.1.3.1.2. Analogia total ou equivalência: Condição de dois materiais ou equipamentos de desempenhar função construtiva idêntica e apresentar as mesmas características exigidas na especificação ou nos serviços a que eles se referem.

8.1.3.1.3. Analogia parcial ou semelhança: condição de dois materiais ou equipamentos de desempenhar função construtiva idêntica, mas não apresentarem, na totalidade, as mesmas características exigidas na especificação ou no serviço a que eles se referem.

8.1.3.1.4. No caso de aceitação por parte do GESTOR/FISCAL, o critério de analogia utilizado, junto com a justificativa de utilização, deverão ser registrados no processo de acompanhamento da Gestão dos serviços.

8.1.3.1.5. Nas especificações, a identificação de materiais ou equipamentos por determinada marca implica apenas a caracterização de uma analogia, ficando a distinção entre equivalência ou semelhança subordinada aos critérios estabelecidos nos itens anteriores.

8.1.3.1.6. A consulta sobre analogia envolvendo equivalência ou semelhança deverá ser efetuada em tempo oportuno pela CONTRATADA, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, que dita consulta sirva para justificar o não cumprimento dos prazos estabelecidos na contratação.

8.2. A CONTRATADA deverá comunicar ao GESTOR quando ocorrerem divergências ou dúvidas de interpretação nas especificações técnicas disponibilizadas no termo de referência com o objetivo de obter instruções ou apresentar alternativas, antes da execução dos serviços relacionados.

8.3. Será de responsabilidade da CONTRATADA toda e qualquer taxa, imposto, licença, etc., por ventura necessários, junto aos órgãos públicos competentes.

8.4. A CONTRATADA deverá zelar para que seus profissionais mantenham disciplina nos locais da prestação dos serviços, obedecendo rigorosamente às normas estabelecidas pelo CONTRATANTE, que poderá exigir, a qualquer tempo, o imediato afastamento e a substituição dos profissionais cuja atuação, permanência ou comportamento seja considerado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina do CONTRATANTE ou ao bom andamento dos serviços.

8.5. A CONTRATADA compromete-se a colocar à disposição do CONTRATANTE o número necessário de profissionais para o completo, cabal e perfeito desempenho do objeto contratado.

8.6. Os serviços deverão ser realizados por profissionais selecionados em procedimento consentâneo com as atividades que serão desempenhadas, compondo quadro de pessoal habilitado e treinado.

8.7. A CONTRATADA deverá manter em perfeitas condições de limpeza os locais onde forem realizados os serviços, bem como aqueles utilizados para o acesso de seu pessoal, do material e dos equipamentos necessários para a execução dos serviços, sendo de sua responsabilidade e às suas expensas, o conserto do que for danificado, assim como a retirada do lixo.

8.7.1. Todo lixo, calça, sobras de material, etc., ficará sob responsabilidade da CONTRATADA, que deverá o embalar adequadamente para transporte nas dependências da CONTRATANTE e remoção ao destino que convier.

8.7.2. Todas as áreas em que a CONTRATADA vier a executar trabalhos e transitar deverão ser entregues perfeitamente limpas, bem como deverão ser mantidas o mais limpas possíveis durante a execução dos serviços.

8.7.3. Todo e qualquer resíduo proveniente dos serviços realizado nas dependências do CONTRATANTE deverá obedecer à correta destinação, assim definida:

8.7.3.1. Materiais com resíduos de limpeza, cola, adesivos, detritos e papéis molhados: cestos de lixo orgânico (sacos plásticos pretos);

8.7.3.2. Materiais como papéis, papelões, jornais, metais e plásticos: cestos de lixo seco (sacos plásticos verdes).

8.8. A CONTRATADA deverá fornecer antecipadamente ao GESTOR, mantendo atualizada, a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços contratados, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade.

8.9. A CONTRATADA deverá manter seus profissionais devidamente identificados com crachá ou uniforme, quando nas dependências do CONTRATANTE.

8.10. Deverão ser atendidas, pela CONTRATADA e por seus profissionais, as normas de segurança do trabalho, sendo responsabilidade da CONTRATADA a fiscalização e fornecimento dos equipamentos necessários para atendimento desse fim.

8.11. A CONTRATADA será responsável pela guarda dos materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços, bem como todos e quaisquer ônus relativos ao transporte até o local de instalação definitiva.

8.12. A CONTRATADA deverá promover e custear a embalagem e o transporte de todos os materiais, peças ou equipamentos que forem retirados das dependências do prédio por ocasião de demolições, remoções ou descartes.

8.13. O profissional da CONTRATADA, ao comparecer para a execução dos serviços, deverá estar adequadamente apresentado quanto ao vestuário e asseio pessoal.

8.14. A CONTRATADA será responsável pela observância e cumprimento das instruções do CONTRATANTE, inclusive quanto aos avisos, sinalizações e locais onde é proibido fumar.

8.15. Todo e qualquer dano que venha a ocorrer em equipamentos, esquadrias, instalações, etc., em função dos trabalhos, deve ser reparado pela CONTRATADA, às suas expensas, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, salvo motivo justificado e aceito pela ADMINISTRAÇÃO, sendo que os que causem prejuízo ao funcionamento normal do TRE sejam reparados imediatamente.

8.16. Deverá a CONTRATADA, antes do início dos serviços, visitar o local e realizar reunião com o GESTOR/FISCAL

8.16.1. A CONTRATADA deverá sempre que convocada, comparecer a reunião técnica para apresentação e avaliação dos serviços em andamento. Havendo exigências ou rejeições dos serviços apresentados ao GESTOR/FISCAL ou Órgãos Públicos, a CONTRATADA deverá refazê-los sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

8.17. A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar, qualquer das prestações e serviços a que está obrigada, por força da presente contratação, sem prévio assentimento escrito da Administração.

8.18. A CONTRATADA atuará como responsável técnico perante o GESTOR/FISCAL, bem como deverá responder a dúvidas que surgirem durante o período de garantia dos serviços prestados.

8.18.1. O responsável técnico deverá comparecer ao local de execução dos serviços com a frequência mínima de 1 (um) dia por semana, para acompanhamento da execução dos serviços, assinatura do relatório diário de serviços.

8.18.1.1. Os dias de comparecimento previstos no item 8.18.1 deverão ser previamente agendados junto ao GESTOR/FISCAL.

8.18.1.2. O horário de comparecimento deverá, em situações normais, coincidir com o horário de expediente do CONTRATANTE.

8.18.1.2.1. Excepcionalmente, em situações devidamente motivadas, a CONTRATADA poderá solicitar que o comparecimento seja realizado em horário diverso do expediente do CONTRATANTE.

8.18.1.2.2. O GESTOR/FISCAL poderá solicitar a visita em horário diverso do expediente do CONTRATANTE.

I. A solicitação do GESTOR/FISCAL deverá ser realizada com antecedência, mediante agendamento.

8.18.2. Sempre que necessário, o responsável técnico deverá comparecer ao local de execução dos serviços para participar de reuniões, solicitadas pelo GESTOR/FISCAL, para esclarecimentos técnicos ou a respeito do andamento da execução dos serviços.

8.19. A CONTRATADA deverá ser responsável por quaisquer despesas de transporte referentes à entrega e retirada do material, inclusive dentro do prazo de garantia.

8.20. A CONTRATADA deverá zelar para que seus profissionais mantenham conduta compatível com os princípios de decência e boa educação, obedecendo rigorosamente às determinações do FISCAL.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. O CONTRATANTE deverá proporcionar as condições necessárias para a execução dos serviços contratados.

9.2. O CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas na contratação.

9.3. O Contratante comunicará imediatamente à CONTRATADA sobre qualquer conduta dos seus profissionais que acarrete dano, risco ou agravamento de situação prejudicial ao patrimônio, à vida, à saúde, à dignidade de pessoas ou ao ambiente ecologicamente equilibrado.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Além da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, aplicada às hipóteses previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/02, o descumprimento das estipulações contratuais sujeitará a CONTRATADA a aplicação das sanções previstas neste item.

10.2. O atraso injustificado no início dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa moratória diária no valor de:

10.2.1. 0,04%, do valor total da contratação do 1º ao 15º dia de atraso; e

10.2.2. 0,06%, do valor total da contratação do 16º ao 30º dia de atraso.

10.2.3. O atraso que acarrete a perda da utilidade do objeto contratual configura hipótese de inexecução total do contrato.

10.3. O descumprimento das disposições contratuais sujeitará a CONTRATADA às sanções de advertência e multa, conforme as condutas e as respectivas graduações dispostas a seguir:

Tabela 01 – Descrição de condutas e graus de gravidade:

Item	Infração	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar danos físicos aos servidores ou ao público em geral (por ocorrência).	5
2	Retardar o início ou término dos serviços previstos conforme prazos da contratação, por período superior a 30 dias, causando transtornos às atividades do CONTRATANTE (por dia).	4
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços, causando transtornos às atividades do CONTRATANTE (por ocorrência).	4
4	Profissional recusar-se a utilizar EPI fornecido(s) pela empresa (por profissional e por ocorrência)	3
5	Reincidência em infrações de grau 2, que já foram punidas com advertência e aplicação da respectiva sanção (cometer a mesma infração por três vezes ou mais)	3
6	Presença de empregado sem uniforme ou crachá, bem como inadequadamente apresentado no que diz respeito ao vestuário e asseio pessoal (por profissional e por ocorrência).	1
7	Descumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização (por ocorrência).	1
	Deixar de:	
8	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus profissionais ou não impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los (por profissional e por ocorrência).	4
9	Executar atividade necessária para o serviço previsto na contratação, como por ex.: orientação aos profissionais que estão executando os serviços fiscalizados, verificação da conformidade de serviços executados etc. (por ocorrência)	2
10	Cumprir, de forma recorrente, obrigação contratual não mencionada nesta tabela, por ocorrência.	2
11	Portar ou dispor das ferramentas necessárias para a execução dos serviços contratados (por ocorrência).	1
12	Observar as normas internas do CONTRATANTE (por ocorrência).	1
13	Cumprir obrigação contratual não mencionada nesta tabela, por ocorrência.	1

TABELA 02 – CORRESPONDÊNCIA DOS GRAUS DE GRAVIDADE COM PERCENTUAL DE APLICAÇÃO:

Grau	Percentual
1	0,04% do valor total da contratação
2	0,06% do valor total da contratação
3	0,1% do valor total da contratação
4	0,5% do valor total da contratação
5	0,8% do valor total da contratação

10.3.1. Para as infrações até o Grau 2, a primeira ocorrência de cada item terá a respectiva multa substituída por advertência, desde que se trate de conduta isolada.

10.3.2. Havendo concurso de infrações, o percentual de multa ficará limitado a 10% do valor total do contrato, ressalvadas as hipóteses em que a conduta da CONTRATADA dê causa à rescisão unilateral do contrato.

10.4. Os casos de inexecução total e os de inexecução parcial que resultem na rescisão contratual ensejarão a aplicação de multa de 20% sobre a parcela não executada do contrato e serão considerados como falha na

execução do contrato para fins de aplicação do art. 7º da Lei n. 10.520/02.

10.4.1. A falha na execução do contrato de que trata o item 10.4 será punida com a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 1 ano, desde que não sejam apuradas circunstâncias agravantes que recomendem a aplicação de sanção mais severa.

10.5. No procedimento administrativo para a aplicação das sanções previstas neste termo, será assegurado ao interessado o exercício do contraditório e ampla defesa, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da respectiva comunicação.

10.5.1. Após o término do respectivo procedimento administrativo, as multas serão recolhidas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da correspondente comunicação, podendo ser descontadas da garantia prestada, dos pagamentos devidos pela Administração ou ainda, cobradas judicialmente.

10.6. As sanções serão obrigatoriamente registradas e publicadas no SICAF.

10.7. A aplicação das sanções previstas neste item não prejudica o ressarcimento por danos decorrentes da responsabilidade prevista no art. 70, da Lei n. 8.666/93, o qual será apurado e processado nos mesmos termos das penalidades administrativas.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. A gestão da contratação será realizada de acordo com a [Portaria DG 21/2019](#) e com a [Instrução Normativa P 56/2019](#), deste Tribunal Regional Eleitoral.

11.2. Todos os serviços a serem executados devem ser agendados com antecedência e aprovados pelo GESTOR/FISCAL.

11.3. Esta contratação deve ser acompanhada pelo GESTOR/FISCAL, que pode, além de outras medidas:

11.3.1. Solicitar a paralisação temporária do serviço caso seja constatada alguma irregularidade.

11.3.2. Suspender os trabalhos pela CONTRATADA em caso de impossibilidade da execução dos serviços em determinada área, face aos prazos eleitorais ou administrativos.

11.3.3. A qualquer tempo, exigir paralisação dos serviços ou o imediato afastamento de profissionais cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do CONTRATANTE ou ao interesse dos serviços, com a devida motivação.

11.3.4. Registrar as falhas detectadas e comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, requeiram medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.3.5. Solicitar que a CONTRATADA trabalhe em sábados, domingos, feriados ou à noite.

12. VISTORIAS E PROPOSTAS

12.1. Caso julguem necessário, os licitantes poderão realizar visitas ao local de execução dos serviços.

12.1.1. No caso de optarem por realizar a visita, as empresas devem agendá-la previamente com a SENGE (Seção de Gestão de Serviços de Engenharia e Arquitetura), por intermédio do e-mail senge@tre-rs.jus.br.

12.1.1.1. As visitas poderão ser realizadas de segundas a sextas-feiras, das 13 às 18 horas.

12.1.1.1.1. Caso não seja possível a realização das visitas no horário disponível as empresas poderão entrar em contato para, excepcionalmente, com a devida motivação, agendar horário diferenciado para as visitas.

12.1.1.2. É de responsabilidade da empresa que a visita seja realizada por profissionais qualificados e que conheçam todo o objeto da contratação.

12.1.2. O envio da proposta, tanto daquele licitante que efetivou a visita quanto daquele que optou por sua não realização, será considerado como declaração tácita de que está ciente das informações disponibilizadas no edital e seus anexos, bem como das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação. O licitante não poderá alegar desconhecimento das condições de prestação dos serviços ou demandar revisão contratual em razão de circunstâncias passíveis de serem avaliadas em visita, como justificativa para se eximir das obrigações assumidas.

12.1.3. As empresas devem prever em sua proposta a execução de todos os demais serviços que se tornem necessários, além dos previstos no termo de referência, de forma que não haja necessidade de nova contratação para realização de serviços complementares.

12.1.4. As empresas devem prever a remoção e transporte de móveis, de materiais e equipamentos dos recintos, bem como ao final dos serviços, o retorno aos locais adequados nas instalações, conforme orientação do GESTOR/FISCAL.

12.1.5. Conforme disposto na legislação, a empresa deverá concordar com a adequação do Termo de Referência e demais anexos, sendo que eventuais alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos

preliminares não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total da contratação, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no § 1.º do art. 65 da Lei no 8.666, de 1993.

12.2. Critério de aceitação e julgamento das propostas:

12.2.1. Será considerada válida e aceita a proposta apresentada que atender, além do preconizado na lei 8666/1993, ao que segue:

12.2.1.1. Critérios de aceitabilidade:

12.2.1.1.1. Preço global:

I. O preço total para a execução dos serviços não deverá ser superior ao valor total dos serviços do orçamento estimativo apresentado por este TRE-RS.

12.2.1.1.2. Preços unitários:

I. Os preços unitários de cada serviço (última coluna da planilha orçamentária) não deverão ser superiores aos valores unitários de cada serviço (última coluna da planilha) do orçamento estimativo apresentado por este TRE-RS.

12.2.2. Critério de julgamento das propostas:

12.2.2.1. Será considerado vencedor o licitante que apresentar proposta válida (que atenda aos critérios de aceitabilidade) com o menor valor total para a execução dos serviços

12.3. Planilha de custos, composição do BDI e cálculo de encargos sociais:

12.3.1. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar planilha de custos preenchida, conforme modelo anexo ao edital (ver Anexo C (Documento SEI Nº0815650), que corresponde ao Anexo IV do edital - Proposta).

12.3.1.1. A planilha deverá ser preenchida com os preços apurados pelo licitante na ocasião da elaboração da sua proposta.

12.3.2. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar a planilha de composição do BDI, conforme modelos anexos (ver Anexo C (Documento SEI Nº0815650), que corresponde ao Anexo IV do edital - Proposta), com os índices referentes às bonificações e custos indiretos do licitante para a execução dos serviços contratados.

12.3.3. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar a planilha de cálculo de Encargos Sociais, conforme modelos anexos (ver Anexo C (Documento SEI Nº0815650), que corresponde ao Anexo IV do edital - Proposta), com os valores expressos em porcentagem (%).

12.3.3.1. Os valores correspondentes aos encargos sociais deverão estar incluídos nos valores de mão de obra da planilha de custos apresentada.

12.4. Documentação prévia a ser apresentada na fase de habilitação:

12.4.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, válida, expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) ou CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais).

12.4.2. Certidão de Registro de Profissional, válida, expedida pelo CREA, CAU ou CFT, do profissional que será o responsável técnico pela prestação dos serviços perante este Tribunal, no caso desse profissional não estar elencado como responsável técnico na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica. Nesse caso, a Certidão de Registro de Profissional deverá vir acompanhada de documentação hábil que comprove a vinculação desse profissional com o licitante (exemplificando: contrato de prestação de serviços, carteira profissional etc.) ou de declaração do licitante referente à contratação futura, desde que acompanhada de anuência do profissional.

12.4.2.1. A autenticidade da(s) certidão(ões) será(ão) verificada(s) junto ao site do CREA, CAU ou CFT.

12.4.3. Atestado de capacidade técnico-profissional, devidamente registrado no CREA, CAU ou CFT competente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de construção, reforma ou manutenção que contemplem serviços de serralheria, manutenção ou instalação de grades, sem ressalvas desabonatórias.

12.4.3.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar acompanhado(s) de respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, CAU ou CFT, referente à ART, RRT ou TRT ou indicada no(s) documento(s).

12.4.3.2. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) ter, como responsável técnico, profissional que será o responsável técnico pela prestação dos serviços perante este Tribunal.

13. GLOSSÁRIO

13.1. CONTRATANTE – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS).

13.2. CONTRATADA – licitante vencedor.

- 13.3. GESTOR – servidor ou comissão designada pela ADMINISTRAÇÃO para acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, responsabilizando-se pela sua condução, nos termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93.
- 13.4. FISCAL – servidor designado pela ADMINISTRAÇÃO para auxiliar o GESTOR ou comissão, na fiscalização da execução da contratação.
- 13.5. SUPERVISOR – indicado pela CONTRATADA, que será responsável por todos os procedimentos relacionados à execução dos serviços perante o CONTRATANTE, inclusive quanto ao atendimento de todas as medidas de segurança necessárias, nos termos do art. 68 da lei 8.666/93.
- 13.6. ENCARGADO - responsável pela execução dos serviços no prédio sede do TRE-RS.
- 13.7. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica.
- 13.8. CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.
- 13.9. RRT – Registro de Responsabilidade Técnica.
- 13.10. CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
- 13.11. TRT – Termo de Responsabilidade Técnica.
- 13.12. CFT – Conselho Federal dos Técnicos Industriais.
- 13.13. BDI – Bonificações e Despesas Indiretas.
- 13.14. SENGE – Seção de Gestão de Serviços de Engenharia e Arquitetura.
- 13.15. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

14. ANEXOS

- 14.1. Fazem parte deste Termo de Referência e o complementam os seguintes documentos:
- 14.1.1. Anexo A: Especificações Técnicas dos serviços a serem executados - (Documento SEI N°0816008).
- 14.1.2. Anexo B: Planta baixa com detalhamentos dos serviços a serem executados - (Documento SEI N°0815852).
- 14.1.3. Anexo C (Anexo IV do edital): Modelo de proposta comercial - Documento (Documento SEI N°0815650).

Porto Alegre, novembro de 2021.
SENGE.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme de Ros, Chefe de Seção**, em 25/11/2021, às 13:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0820221** e o código CRC **7288393E**.

Rua Duque de Caxias, 350 - Bairro Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-280
www.tre-rs.jus.br - Fone: (51) 3294 8312